

Itinerário do livro

É neste contexto que o livro *Geração Milénio? Um Retrato Social e Político* pretende analisar um conjunto de atitudes e comportamento dos jovens em domínios centrais das suas vidas – o trabalho, o lazer e a política – numa perspetiva longitudinal e comparativa:

- 1) Comparações com dados europeus no sentido de contextualizar estrutural e longitudinalmente os jovens portugueses entre os seus congéneres europeus, no sentido de perceber potenciais efeitos resultantes da conjuntura internacional de crise financeira, particularmente agravada em Portugal considerando as medidas austeritárias impostas ao país em 2011;⁵
- 2) Comparações com a população portuguesa pertencente a outras coortes etárias, nomeadamente adultos e idosos, no sentido de identificar potenciais efeitos geracionais e/ou de idade sobre a forma como se pensa e age nos domínios do trabalho, do lazer e da política;
- 3) E ainda comparações intrageracionais, considerando dois escalões etários tradicionalmente correspondentes a distintas fases da transição para a idade adulta (15-24 anos e 25-34 anos), bem como algumas variáveis relevantes na segmentação da condição juvenil em «unidades geracionais», como o género, a escolaridade e as condições materiais de vida dos jovens.

O capítulo 1 – «Os jovens perante o (des)emprego, o trabalho e o futuro nos anos de austeridade» da autoria de Vítor Sérgio Ferreira, analisa o fenómeno do desemprego juvenil em acentuado crescimento em Por-

⁵ Os dados oficiais nacionais e internacionais apresentados longitudinalmente só vão até 2014, na medida em que, com eles, apenas se pretende caracterizar a estrutura social e económica que contextualiza os inquiridos até ao momento em que responderam ao inquérito, em março de 2015.

tugal ao longo do primeiro quinquénio da segunda década do século XXI, a par de outros países da Europa do Sul, como realidade concreta e possibilidade futura na trajetória de vida dos jovens portugueses. Como se verá, os anos sob a égide das políticas de austeridade corresponderam a uma conjuntura onde os jovens experimentaram dificuldades acrescidas nas suas transições para a idade adulta, em grande medida resultantes do aumento muito acentuado do desemprego juvenil e da ampliação do seu tempo de duração.

Foi um período onde o desemprego deixou de ser uma situação temporária e intermitente nos percursos de inserção laboral de muitos jovens, correndo o risco de se tornar numa condição estrutural ao longo dos seus percursos de vida. Daí os dados nos darem a ver na sociedade portuguesa um quadro maioritário de preocupação com a possibilidade de vir a perder o emprego – quer em relação ao próprio, quer perante a possibilidade de a situação ocorrer com familiares próximos (filhos e cônjuges) –, bem como um quadro de alargada descrença na facilidade em se obter um outro emprego num horizonte de curto prazo.

Estamos perante um padrão atitudinal típico de uma conjuntura de compressão do emprego e de retração de medidas de apoio social por parte do Estado, condições em que a «família-providência», enquanto dispositivo de solidariedade intergeracional, continua a ser chamada a apoiar os seus membros em dimensões onde a ação do Estado social é deficitária, inexistente ou ineficiente. Desconstruindo o mito da existência de um «conflito de gerações», as novas condições estruturais terão aproximado o relacionamento intergeracional na esfera familiar. Não só porque as diferentes gerações tendem a manter-se mais tempo juntas ao longo da vida (não apenas pelo prolongamento da estadia dos filhos em casa, mas também por, cada vez mais, estes terem de voltar depois de já terem saído, por razões diversas), mas também porque se constroem redes de solidariedade intergeracional dentro da família que passam, muitas vezes, por trocas de géneros, serviços e/ou apoios financeiros, e que atenuam situações e momentos mais frágeis e difíceis, como situações de desemprego, por exemplo.

Por outro lado, é importante reconhecer que não é apenas a mais jovem geração que tem de responder às novas condições de mudança económica, política e social. Estes são desafios que afetam todos os grupos etários, ainda que com efeitos e intensidades diferenciados (France e Roberts 2015, 222; Wyn e Woodman 2006, 504). Daí a preocupação com o desemprego crescer com o avançar na idade, resultado do etarismo expectável em muitos sectores de atividade.

Longe da crença em soluções que radicam na responsabilidade individual face ao desemprego, como as que fundamentam as políticas públicas neoliberais centradas no apoio ao «empreendedorismo» e à «empregabilidade» dos jovens (Boltanski e Chiapello 1999), os dados mostram também como a sociedade portuguesa é atravessada pela perceção de que as causas do desemprego juvenil, atualmente, dependem sobretudo de condições estruturais relacionadas com a diminuição do volume de emprego e de compressão do mercado de trabalho.

Nas orientações perante o trabalho, denota-se ainda um efeito da conjuntura de crise, considerando a supremacia relativa dos valores instrumentais relacionados com a «estabilidade» e a «segurança» no domínio do trabalho, mesmo entre a geração mais jovem. As formas como o trabalho é valorizado indicam, contudo, a diversidade desta geração em termos de vulnerabilidade perante as condições emergentes. Embora transversalmente sobrevalorizadas, as orientações mais instrumentais perante o trabalho tendem a ser mais realçadas entre os jovens com menores qualificações e em situação de desemprego.

No sentido inverso, ainda que não adquiram um valor central, as «possibilidades de realização pessoal» através do trabalho alcançam uma relevância acrescida entre os jovens em condições culturais e socioeconómicas mais favorecidas. São também estes os que tendem a expressar uma atitude mais otimista face ao futuro, acreditando que a crise se resolverá a curto prazo, melhorando a situação laboral do país. Dominava, contudo, em 2015, um espectro maioritariamente pessimista perante a perspectiva de resolução da crise e da situação laboral a curto prazo no futuro, onde Portugal aparece entre os países mais pessimistas da Europa.

A par da profunda transformação estrutural das condições laborais e do mercado de trabalho, uma outra, mais silenciosa, vem também emergir da experiência quotidiana dos jovens nascidos depois dos anos 90. Estamos a falar das condições globalizadas de conexão, proporcionadas quer pelo entrosamento das novas tecnologias da informação e da comunicação no quotidiano, quer pelo alargamento relativo das oportunidades de mobilidade geográfica em termos internacionais. Os Milénio crescem com a internet, familiarizados com um conjunto de *gadgets* de tecnologia digital, num mundo mais conectado e que tende a ter fronteiras mais fluidas. Estas condições vieram a conceber uma realidade geracional que vai além das realidades nacionais. As experiências tradicionalmente enraizadas e compreendidas numa ordem nacional encontram condições para rápida e eficazmente poderem ser partilhadas a uma escala

transnacional, potenciando a criação de uma consciência geracional global (Beck e Beck-Gernsheim 2009; Edmunds e Turner 2005).

Com efeito, no capítulo 2 – «Os jovens num mundo conectado: mobilidades, lazeres e internet», de Jussara Rowland, a análise comparativa de alguns indicadores sobre as realidades dos jovens a viver em Portugal em termos das suas experiências e atitudes face à mobilidade internacional e das suas práticas de lazer e usos da internet dá a conhecer uma geração conectada digitalmente, com mais acesso a informação e conteúdos lúdicos através da internet, com mais competência em matéria digital, e com maior apetência para a mobilidade por motivos relacionados com estudos superiores ou com o lazer, relativamente às gerações precedentes.

Ainda que os indicadores de mobilidade laboral internacional dos Milénio a viver em Portugal não os distingua relativamente às experiências das gerações suas predecessoras, os jovens continuam a procurar experiências laborais no estrangeiro sobretudo por motivos instrumentais, relacionados com o desemprego e a procura de melhores condições de trabalho, mas também motivações de ordem expressiva e cosmopolita, com expectativas de desenvolvimento pessoal, carreira e conhecimento de novas realidades.

No entanto, mais uma vez, denota-se como os níveis socioeconómico e de escolaridade dos jovens condicionam, em grande medida, as suas capacidades e aspirações de mobilidade. É sobretudo entre os jovens menos e mais escolarizados que as experiências de mobilidade laboral acontecem, sendo que entre os primeiros são mais comuns experiências de trabalho permanente, e, entre os segundos, experiências de tipo formativo (estágios profissionais). As experiências lúdicas de mobilidade, sendo uma prática geracionalmente distintiva, são bastante mais partilhadas entre jovens cultural e socialmente mais favorecidos. As experiências de mobilidade relacionada com estudos superiores, embora mais comuns entre os jovens do que em gerações anteriores, continua a ser uma experiência vivenciada por uma minoria.

O acesso à internet, por sua vez, é o indicador que apresenta uma clivagem geracional mais marcada, verificando-se totalmente generalizado entre os mais novos, sendo mais raro à medida que a idade avança. Como se verá, a introdução das tecnologias da informação e da comunicação nos quotidianos juvenis veio alterar os tempos e as formas de lazer dos mais jovens, trazendo mais oportunidades de acesso à informação e a conteúdos lúdicos a jovens de todos os contextos socioeconómicos. As suas formas de uso, no entanto, vão revelar-se diferenciadas em função da fase do percurso de vida em que os jovens estão, bem

como do seu nível de escolaridade e condições socioeconómicas. Os mais jovens e do sexo masculino tendem a ter uma utilização mais lúdica e convivalista da internet, sendo que os mais penalizados no acesso ao uso de tecnologia são os jovens que declaram viver com muitas dificuldades económicas.

Apesar das diferenças que ainda persistem entre jovens com diferentes capitais escolares e económicos, o retrato que se evidencia é de uma geração mais nómada e conectada, para quem o mundo e os recursos digitais assumem uma relevância crescente na vida escolar, profissional e, sobretudo, sociabilística e lúdica. Relevância que, decerto, configurará formas radicalmente diferentes de viver a vida adulta relativamente às gerações mais velhas.

Perante a mudança global nas condições estruturais dos jovens nascidos depois dos anos 80, em termos de condições de autonomização na vida pessoal e de comunicação na vida quotidiana, os Milénio poderão estar na génese de uma geração marcada pelas mudanças estruturais que a crise económico-financeira acelerou e consolidou. Não parecem estar, no entanto, na posição de agentes ativos na mudança social com que têm de lidar atualmente, tal como Mannheim preconizava, e como o foi, de alguma forma, a geração pós-25 de Abril, com as suas lutas a montante (lutas estudantis e contra a guerra colonial) e a jusante dessa data, no período imediatamente após a revolução.

Os jovens de hoje parecem estar mais *sujeitos às* mudanças moldadas por forças poderosas e invisíveis («os mercados financeiros»), do que serem *sujeitos das* mudanças que os seus modos de vida expressam. Provavelmente porque, enquanto geração de transição, os Milénio não configuram ainda uma *geração por si*, com suficiente consciência dos desafios que lhe são comuns e dos recursos que têm à sua disposição (políticos, educativos, económicos, etc.) para se tornar «estratégica», no sentido de explorar o poder de (re)formatar as circunstâncias da sua experiência social e, deste modo, influenciar as oportunidades de agenda e de ação coletiva dos futuros jovens (Edmunds e Turner 2005, 17).

Embora nem todas as gerações tenham de ser explicitamente políticas e dotadas de potência transformadora (Roberts 2012, 480), existem entre os jovens de hoje expressões de resistência às novas condições estruturais que experienciam, bem como a tentativa de configurar alternativas ao sistema social que se desenha. Tal tem sido patente em vários movimentos sociais organizados de forma global, rizomática e virtual durante os anos da crise, movimentos que adquirem configurações diferenciadas em contextos localizados. Movimentos como os Precários Inflexíveis, os

Indignados, ou o Movimento 12 de Março – resultante da organização de uma manifestação anticrise realizada nesse mesmo dia, em 2011, mobilizada pelas redes sociais –, adquiriram expressão em Portugal (Pais 2014). Estes movimentos, entre outros, podem indicar novas formas de olhar para e de fazer política entre os jovens de hoje, de atuar como cidadãos contra desafios como a financeirização desumanizada do capitalismo neoliberal, a desestruturação dos mercados de trabalho ou o fim dos empregos na nova economia informacional (Caren, Ghoshal e Ribas 2011; Williamson 2014; Cardoso 2015; Milkman 2017).

No sentido de averiguar se os jovens portugueses estarão a configurar novas formas de relação com a política, foram questionados acerca das suas perceções de democracia, padrões de mobilização e de identificação partidária, e níveis de participação cívica e política. A análise destes indicadores ao longo do capítulo 3 – «Os jovens perante a política: mudanças e continuidades entre 2007 e 2015», de Marina Costa Lobo e Edalina Rodrigues Sanches, dá a ver que Portugal está entre os países europeus onde a satisfação com a democracia é mais baixa, a par dos países da Europa Central, do Leste e do Sul. Dá ainda a conhecer uma quebra significativa nas atitudes e nos comportamentos de cidadania política desde 2007, ano em que foi aplicado um inquérito de onde alguns indicadores foram recuperados e replicados no questionário de 2015. O ceticismo e o distanciamento em relação à política é uma das tendências que mais sobressaem no capítulo 3.

O quadro que emerge nesse capítulo é o de uma cidadania política que enfraqueceu com o tempo, tendência que aponta para os efeitos da crise económica sobre as perceções dos portugueses em relação à política. A tendência de declínio das atitudes positivas, da identificação partidária e da participação cívica e política, sugere uma deterioração da qualidade da democracia em Portugal, considerando os dados recolhidos um pouco antes do início da crise financeira que abalou a Europa e Portugal, e no ano em que terminou o empréstimo à *Troika* por parte do Estado português.

Mais uma vez, será legítimo perguntar se este efeito de conjuntura detetado poderá densificar-se no tempo e transformar-se num efeito geracional. Se em muitas atitudes e comportamentos políticos encontramos um efeito de idade, com os jovens a aderirem a valores semelhantes aos adultos e aos mais idosos à medida que se processam as suas transições para a idade adulta – nomeadamente em indicadores como a exposição aos *media*, o interesse pela política, a pertença a organizações como partidos políticos, sindicatos e associações ou ordens profissionais, e a fre-

Milénios, gerações e geracionismos: pistas de um processo de transição geracional

quência do voto –, a nível das formas de participação política (convencional e não-convencional) esse padrão não foi tão claramente encontrado, podendo denotar um efeito de mudança geracional na forma de participação na vida política. Os mais idosos, de facto, participaram em eventos políticos nas quais os jovens se envolvem pouco, a saber, manifestações políticas ou comícios partidários.

Este conjunto de indicadores veio confirmar a ideia de que começa a haver, de facto, uma diferença significativa entre a geração 25 de Abril – isto é, aqueles que tinham entre 15 e 25 anos em 1974, marcados por um padrão de maior envolvimento na participação política – e as restantes gerações, incluindo os Milénio, que tendem a participar menos. No entanto, entre estes últimos, destacam-se diferenças substanciais nas atitudes e práticas políticas em termos de género, grau de escolarização e de rendimento: os jovens do sexo masculino, mais escolarizados e os que referem viver mais confortavelmente com o seu rendimento, exibem atitudes mais positivas em relação à política e envolvem-se mais em termos cívicos e políticos. Mas não são apenas os determinantes sociais que contam: a mobilização política – nomeadamente ter uma identificação partidária ou ter interesse pela política – também se observa, em grande medida, determinante no envolvimento cívico dos jovens.